

“Alargados horizontes”: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c. 1830 – c. 1855)¹

*“Expanding horizons”: Families’ strategies from the local
political elite among Frontier the Court and Europe (Rio
Grande do Sul c. 1830 – c. 1855)*

Jonas Moreira Vargas*

Luís Augusto Farinatti**

Resumo

O artigo busca demonstrar como as famílias que compunham as elites regionais articulavam-se para obter recursos materiais e imateriais tanto no interior de suas províncias quanto fora delas, buscando estabelecer relações sociais com indivíduos bem posicionados política e burocraticamente. A análise recai sobre o papel estratégico de Sebastião Ribeiro de Almeida, bacharel em Direito, no interior de sua família e com isso buscamos demonstrar a importância dessas elites no processo de construção do Estado monárquico.

Palavras-chave

Brasil Império. Elites. Política.

Abstract

The following article search demonstrate how the families witch composed the local elites articulated themselves to get both

* Doutor pelo PPGHIS-UFRJ e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

** Doutor pelo PPGHIS-UFRJ e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria.

¹ Pesquisa financiada pelo Edital Humanidades (CNPq).

materials and immaterial resources such in the province's interior as outside, seeking establish social networks among both political and bureaucratic well placed people. The analysis lay over the strategic roll of the Law Bachelor, SebastiãoRibeiro de Almeida, and with it we attempt to expose the importance of those elites in the construction process of the monarchical State.

Keywords

Brazilian Empire. Elites. Politic.

Quando recebeu o seu diploma pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1835, Sebastião Ribeiro de Almeida tornou-se mais um entre as centenas de bacharéis que, após alguns anos de estudos, regressavam para as suas províncias de origem cheios de sonhos e ambições. Esses jovens, após uma carreira iniciada na advocacia, no Judiciário ou na burocracia imperial, e depois de exercerem mandatos parlamentares provinciais, constituíam-se nos indivíduos com maiores probabilidades de ingresso na elite política imperial². No entanto, a grande maioria desses bacharéis não conseguia e até mesmo nem buscava penetrar nesse núcleo de poder cortesão, vindo a exercer outras atividades profissionais e políticas nas muitas cidades espalhadas pelo Brasil. Neste sentido, talvez o grande equívoco seja considerar que os mesmos, assim como os seus familiares e outros indivíduos que também compunham as elites provinciais, não possuíram nenhuma importância no processo de consolidação do Estado monárquico. Quando se deixa de analisar os mesmos indivíduos de forma desconectada e se busca estudar as suas redes de relações sociais e familiares de maneira mais aprofundada, um universo político muito mais complexo começa a se revelar.

Contribuindo para relativizar algumas teses clássicas³, uma série de pesquisas vem redimensionando o papel das elites regionais no processo de independência e de construção do Estado imperial brasileiro. Realizando recortes espaciais distintos, utilizando-se de um leque diverso de fontes documentais, contando com um grande número de novos estudos que permitam conhecer melhor a complexidade da história brasileira e das especificidades provinciais no período, esses historiadores vêm colaborando para que esteja se construindo um novo quadro sociopolítico acerca desse tema⁴. A maioria dos trabalhos não

² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³ Como, por exemplo, CARVALHO, op. cit.; MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁴ As contribuições recentes são muitas. Ver, por exemplo: GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 5, n. 1,

se reserva mais à análise exclusiva dos relatórios e discursos oficiais, dos anais parlamentares, das biografias dos “grandes estadistas” e de um olhar apenas voltado para o monarca e o mundo da Corte. Os novos estudos buscam analisar a política do lado de fora do palácio real e do parlamento geral, ajudando a demonstrar que não é mais possível pensar nas elites regionais como passivas diante do processo de consolidação do Estado monárquico imperial ou como forças centrífugas prontas a obstaculizar o mesmo. Assim sendo, acreditamos que uma análise que não se reserve somente às ações de estadistas e às clivagens ideológico-partidárias no nível cortesão e que busque se ater às estratégias das famílias de elite e às redes de relações sociais estabelecidas pelas mesmas nas mais distantes províncias permite compreender melhor o funcionamento do sistema político monárquico.

Nesse sentido, o presente artigo busca demonstrar como algumas dessas questões se apresentaram na órbita de uma família de ricos proprietários, quando se analisa suas relações sociais locais e nacionais. Os Ribeiro de Almeida foram uma das famílias mais importantes da elite política sul-rio-grandense durante o período monárquico. Bento Manoel Ribeiro (1783-1855), que pode ser considerado o seu patriarca, foi grande criador de gado e oficial militar de raro prestígio no sul do Brasil. Ao longo do século XIX, seus filhos e netos ocuparam cargos na

2001; DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; MARTINS, Maria Fernanda V. “*A velha arte de governar*”: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: ANRJ, 2007; DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n. 10, p. 40-47, nov. 2009; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias*: Rio de Janeiro (1822-1889). Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008; VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte*: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010; RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: ANRS, 2013; ANDRADE, Marcos F. de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; ARAÚJO, Dilton de Oliveira. *O tutu da Babia* (Transição conservadora e formação da nação, 1838-1850). 295 f. Tese (Doutorado em História)–UFBA, Salvador, 2006; RESENDE, Edna M. *Ecos do liberalismo*: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese (Doutorado em História)–UFMG, Belo Horizonte, 2008; KLAFKE, Álvaro A. *O Império na província*: construção do Estado nacional nas páginas de *O Propagador da Indústria Rio-grandense* (1833-1834). 177 f. Dissertação (Mestrado em História)–UFRGS, Porto Alegre, 2006; MELLO, Evaldo C. de. *A outra independência*: o Federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004. Ver também as coletâneas: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: a construção do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003; JANCSÓ, István (Org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005; COSTA, Wilma P.; OLIVEIRA, Cecília H. (Org.). *De um império a outro*: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp, 2007.

deputação provincial e geral, no Senado e no Executivo regional. No entanto, dedicamos as próximas páginas especialmente a um de seus filhos: o doutor Sebastião Ribeiro de Almeida, que, como já dissemos, formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo.

O texto está disposto em duas partes. Num primeiro momento, enfocamos a importância de Sebastião durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845). A leitura da correspondência do Arquivo Sebastião Ribeiro de Almeida, sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), abarca o período de 1835 a 1839, quando, num contexto de guerra, ele articulou estratégias com os aliados, manteve sua mãe e os irmãos informados sobre a política e as ações militares do pai e manifestou sua opinião sobre determinados acontecimentos. O uso que faremos das suas missivas busca demonstrar a contribuição de Sebastião no interior de sua família, além do tipo e da importância das relações sociais que o mesmo estabeleceu e que foram somadas às de sua parentela. Posteriormente, iremos analisar a forma como ele se inseriu numa rede de relações sociais de maior importância enquanto morava em Paris (1845-1849). Nessa ocasião, Sebastião esteve bastante próximo do núcleo duro da elite política imperial, demonstrando que as elites regionais também possuíam estratégias de atuação próprias e que muitas das ações oriundas do governo central se efetivavam porque convergiam com os anseios e projetos de famílias distantes do Rio de Janeiro. Assim sendo, acreditamos na importância de se estudar as estratégias das famílias de elite, sem perder a dimensão das redes de relações mantidas por cada um de seus membros, com destaque para aqueles que conseguiam locomover-se por dentro de espaços restritos aos demais, como, por exemplo, os bacharéis em Direito.

A família Ribeiro de Almeida: de São Paulo para o mundo da guerra

Bento Manoel Ribeiro nasceu em Sorocaba, capitania de São Paulo, em 1783, mas foi ainda criança para o Rio Grande do Sul, quando seus pais instalaram-se na Fronteira do Rio Pardo, na região de Cachoeira. Em 1801, sentou praça no regimento de dragões daquela localidade e deu início a uma história de sucessivas atuações militares e participação em guerras, que se encerrariam somente em 1852, com a vitória brasileira sobre Juan Manoel de Rosas. Faleceu em 1855, legando aos herdeiros um latifúndio em Alegrete, na fronteira oeste da província, onde era grande criador de gados e senhor de escravos⁵. Como guerra e política

⁵ FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na*

se entrelaçavam, Bento Manoel costuma ser lembrado pela sua conduta inconstante durante a Revolta dos Farrapos. Tendo sido um dos líderes do movimento em 1835 (nessa ocasião era deputado provincial), passou para o lado legalista em 1836 e, por conta de desavenças pessoais, retornou ao exército farrapo em 1837 – como general da República Rio-grandense. Dois anos depois, pediu licença do cargo e exilou-se no Uruguai, sob a proteção do general Frutuoso Rivera. Em 1843, quando o Barão de Caxias assumiu o comando das forças imperiais na província, convidou Bento Manoel a retornar e passou-lhe o comando de metade das tropas brasileiras. Bento Manoel encerrou a guerra como marechal do Império⁶.

O sucesso militar de Bento Manoel rendeu-lhe um notável poder de influência na política regional. Entretanto, a construção social do seu prestígio e poder não pode ser explicada somente pela posse de grandes propriedades ou de um posto de comandante de milícias, e muito menos pela naturalização do seu papel de “patriarca” de uma alargada família. Sem diminuir a importância desses fatores, acreditamos que a posição ocupada por Bento Manoel e por sua família no interior daquela elite regional fronteiriça também se amparava na qualidade das relações sociais estabelecidas pelos mesmos⁷. No século XIX, uma importante forma de se estabelecer relações sociais importantes com membros de outras famílias de elite era enviar um filho para estudar em uma academia imperial. Assim, quando decidiu investir nos estudos superiores do seu filho Sebastião, Bento Manoel estabeleceu um projeto familiar diferenciado no contexto provincial em que se encontrava.

Nascido em 1814, Sebastião foi o segundo filho do casal Bento Manoel e Maria Mancio. Em 1835, quando contava com 21 anos, retornou de São Paulo com o diploma de bacharel em Direito nas mãos. Enviar um filho para cursar Medicina ou Direito em uma acadêmias imperial constituía-se num investimento custoso, com vistas de retorno econômico e político a médio ou até longo prazo. Dos seus contemporâneos, Bento Manoel foi um dos poucos membros da elite rio-grandense que se encorajou a investir em tal empreendimento, o que

fronteira sul do Brasil (1825–1865). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

⁶ SANMARTIN, Olintho. *Bento Manoel Ribeiro: ensaio histórico*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1935. Ver também: LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; GUAZZELLI, César A. Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado em História Social)–PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

⁷ Como os oficiais milicianos exerciam notável influência nesse sentido, pode-se considerar que se tratava de um “cabedal militar”. Para uma análise mais aprofundada, ver: FARINATTI, Luís A. Cabedais militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: POSSAMAI, Paulo. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010. p. 81-97.

caracteriza, em parte, os projetos que ele tinha para sua família. Entre 1832, ano de formação da primeira turma em São Paulo, e 1835, quando teve início a guerra, somente 13 rio-grandenses diplomaram-se em Direito por aquela faculdade, sendo Sebastião um deles. Como o corpo de alunos não era grande, é certo que estabeleceram relações próximas, pois os coprovincianos acabavam se aproximando, isso quando já não se conheciam nas suas regiões de origem. Esse círculo de convivência era um privilégio não somente para os estudantes, como também para os seus parentes próximos. Enquanto os primeiros tinham acesso a um “novo” mundo, no qual circulavam filhos de todas as elites do Brasil, os segundos tendiam a usufruir das redes de relações estabelecidas pelos estudantes, potencializadas mais ainda pela aquisição do diploma. Novos caminhos abriam-se ao bacharel regresso à casa dos pais. Bons casamentos, prestígio social local, uma carreira política promissora, ganhos financeiros, além de uma rede de relações diferenciada⁸.

Retornando para Alegrete num momento politicamente crítico, Sebastião recebeu um convite para servir como secretário do presidente Araújo Ribeiro. Tal emprego possivelmente foi uma retribuição ao apoio que Bento Manoel vinha dando ao novo chefe do Executivo provincial. Mas também é provável que Araújo Ribeiro já conhecesse Sebastião por intermédio do seu irmão Rafael de Araújo Ribeiro, que havia sido seu colega na faculdade. O fato é que Sebastião nutriu uma profunda admiração para com o seu novo chefe. Em agosto de 1836, por exemplo, ele avisava à mãe: “O Respeitável e digno co-provinciano Araújo Ribeiro foi novamente nomeado Presidente, e já tomou posse, por cujo motivo se encheram de satisfação os verdadeiros amigos da Pátria e da Virtude.” Em janeiro de 1837, quando ele se retirou da presidência, Sebastião voltou a elogiar seu comportamento: “[...] Araújo mesmo demitido da Presidência cobriu de glória, como verás dos impressos juntos, pois momentos que entregou a Presidência, vestiu a farda de soldado G. Nacional, foi alistar-se num Batalhão de voluntários. Não pode haver homem tão grande!”⁹

Filho de um rico charqueador, José de Araújo Ribeiro era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1823) e, logo que retornou ao Brasil, iniciou a carreira diplomática passando pela Itália, França, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal. Em 1833, presidiu a província de Minas Gerais, quando enfrentou violenta revolta em Ouro Preto. Depois de sua demissão da presidência do Rio Grande do Sul, em 1837, Araújo Ribeiro voltou a exercer funções diplomáticas e, em 1849, foi

⁸ VARGAS, op. cit.

⁹ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, 01.08.1836, Doc. 07; Carta de Sebastião para Severino, janeiro de 1837, Doc. 8 (Arquivo de Sebastião Ribeiro de Almeida – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, doravante ASRA-AHRS).

eleito senador pela mesma província, passando a viver na Corte, onde era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e devia estar sempre cercado de intelectuais e políticos do alto escalão. Membro do Partido Conservador, ao longo da vida ainda foi agraciado com o título de Visconde de Rio Grande.

A relação profissional que Sebastião manteve com Araújo Ribeiro nos primeiros anos de guerra acabou auxiliando o jovem bacharel no início de sua carreira diplomática. Contudo, o mesmo só pôde desfrutar dela depois de encarar as agruras da revolução ao lado do pai, deslocando-se de um acampamento provisório para outro, dia após dia. Algumas cartas revelam que essa situação era um tanto desconfortável para ele. Ao escrever para a mãe, em fevereiro de 1836, dizia: “Agora de mim digo-lhe que aqui ando muito mortificado com tanta viagem e viagem de soldado: – estou que esta vida não foi feita para doutores.” Em outra carta, parecia estar cansado e com minguadas forças, mas profetizava dias melhores: “Mais tarde me entregarei ao retiro que tanto ambiciono.” Responsável, o jovem doutor reconhecia que os sacrifícios eram por uma causa que ele e seu pai consideravam legítimas: “Entretanto, dou por bem empregado, pois em serviço da minha Pátria e de meu País.”¹⁰

Remetendo muitas cartas para sua mãe e encaminhando as respostas para o pai, Sebastião mantinha os parentes da fronteira bem informados tanto sobre as batalhas quanto sobre os acontecimentos políticos. Ora informava onde os mesmos estavam estacionados, ora mencionava para aonde iam. O paradeiro dos inimigos também era descrito, assim como suas estratégias e ações. O detalhamento de tais manobras nos faz supor que era Bento Manoel quem ditava parte do conteúdo das missivas. Além disso, a especificidade tática e militar descrita em algumas cartas remetidas para Maria Mâncio revela que a mesma possuía certo conhecimento sobre os arranjos políticos e militares, podendo ser auxiliada pelo filho Severino na leitura e interpretação das mesmas. Numa delas, Sebastião é bem claro: “Como esta carta contém notícia política espero merecer de V. Me. o favor de a remeter ao meu caro Irmão Severino, pois no ermo, onde ele está seguramente, não hão de chegar as notícias.” Como dissemos acima, ambos, juntamente com a irmã Dorotéia, os “manos e manas” e “todo mais família e pessoas que se dignaram tratar-me com amizade” formavam uma malha parental e afetiva pela qual circulavam informações e favores e que tinha no núcleo familiar dos Ribeiro de Almeida a sua principal base de sustentação¹¹.

¹⁰ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Vacacaí, 04.02.1836, Doc. 4; Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Cachoeira, 27.03.1838, Doc. 20 (ASRA-AHRS).

¹¹ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, São Gabriel, 18.04.1836, Doc. 06; Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Vacacaí, 04.02.1836, Doc. 4 (ASRA-AHRS).

Examinando com atenção as missivas, é possível verificar que nos campos de batalha os parentes também eram numerosos. Em abril de 1836, por exemplo, Sebastião dá notícias à família sobre o “parente Constâncio”. Em outra carta, revela ter encontrado o primo Hipólito num acampamento em São Gabriel. Na missiva de julho de 1837, Sebastião diz que seu pai andava conversando com o parente Rodrigo e, em fevereiro de 1838, o compadre Luiz mandava notícias a todos. Longe da guerra e mais próximos de Alegrete, outros parentes também faziam contato ou eram contatados por Sebastião. Em abril de 1837, ele pedia para a mãe mandar com brevidade a carta para o parente Candido. Em setembro de 1839, ele mandava avisar à avó que o padre já havia recebido os 32\$000 do Sabino, referentes às missas. Em junho do mesmo ano, outro parente informava a Sebastião que já havia entregado o seu tordilho e que o capataz entregaria os potros em breve, mas ainda não enviara as calças e os coletes por causa do mau tempo. A paisagem desenhada pelas cartas revela um número de parentes tão grande e geograficamente tão distribuídos, que o próprio Sebastião não tinha conhecimento preciso de seus paradeiros: “Nossos parentes consta que andam pelo mato e não sei que tenham sofrido.”¹²

Tal comportamento parecia possuir um caráter quase estrutural na forma como os principais líderes militares da fronteira agiam para reunir tropas num contexto de guerra. O coronel João da Silva Tavares, chefe legalista na mesma Revolução de 1835, tinha nos seus parentes próximos a base social que amparava a sua liderança militar e política. Uma lista publicada na edição de 4 de janeiro de 1837 do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro demonstra que, além de seu filho Joca, outros 7 cunhados (5 deles oficiais) e 17 primos (4 deles oficiais) acompanhavam as forças militares comandadas por Tavares¹³. A capacidade de arregimentar homens armados era um fator de hierarquização social naquela fronteira. E tal fenômeno, pelo que pode ser visto a partir desses dois exemplos, era nitidamente potencializado quando os parentes eram acionados para auxiliar na empreitada.

Dos parentes e interlocutores de Sebastião, o mais importante, depois de sua mãe, era seu irmão Severino. Não fica claro na leitura das cartas se ele participou efetivamente da guerra. Isso não significa que houvesse um desinteresse de sua parte. Como foi mencionado acima,

¹² Cartas de Sebastião para Maria Mâncio, 08.02.1838, Doc. 18; Cambaí, 14.04.1837, Doc. 12; São Gabriel, 18.04.1836, Doc. 6; Estância do Major Atanagildo, 07.07.1837, Doc. 13; São Leopoldo, 05.09.1839, Doc. 22; S/L, 06.11.1837, Doc. 17; Carta de Feliciano Fortes para Sebastião, Irapuá, 21.06.1839, Doc. 24 (ASRA-AHRS).

¹³ Reproduzida em VIEIRA, José Cypriano N. *O Fundador do Herval*. Bagé, 2010. Agradecemos ao historiador Leandro Oliveira por esta informação.

ele permanecia no “ermo”, ou seja, resoluto na estância do Jarau, onde as informações veiculavam com lentidão e as notícias de fora eram sempre necessárias. É provável que Severino estivesse mais dedicado a cuidar dos negócios da família, pois as missivas trocadas entre ambos ajudam a revelar tais transações. Em março de 1838, Sebastião enviou até a estância um tenente com o fim de substituir os cavalos doentes por outros sadios, pois “estamos mui a pé”. Na mesma carta, dizia para ele ir até o Garupá buscar o seu tordilho, o Pangaré, que foi do Dias, por serem comedores de milho, para aturar o inverno. O pedido de cavalos e os assuntos relativos aos animais da estância deviam ser correntes¹⁴.

Entretanto, em algumas cartas fica claro que Severino não ficava somente na estância da família. Em fevereiro de 1836, Sebastião escrevia à mãe: “O Severino que se não esqueça de minhas encomendas e se não tiver muito que fazer, que apareça também [...]” O trecho revela que ele devia encontrar o irmão e o pai em saídas esporádicas para alguns acampamentos. Em fevereiro de 1837, Sebastião escrevia ao mano pedindo para que fosse a São Gabriel para se falarem. É possível que ele tenha combatido em algumas batalhas. Numa missiva, Sebastião o comunica: “Saiba que por ordem do dia 21 de julho foi você reconhecido Alferes neste Exército.” E, reconhecendo que o irmão cuidava das estâncias da família, brincou com ele: “Fica, portanto, sendo o Alferes Capataz.” O seu recolhimento por ferimento ou condições físicas também não deve ser descartado, pois numa carta Sebastião revela ter sabido que o mano Severino não andava bem de saúde¹⁵. O fato é que negócios, política e guerra eram mencionados numa mesma missiva, e Severino vinha ocupando papéis mais na esfera econômica do que nas outras duas.

Os efeitos da guerra prejudicavam o bom andamento dos negócios, e as relações pessoais e de crédito tornavam-se mais necessárias tanto para fornecer os víveres necessários às tropas quanto para assegurar as transações de mercadorias fundamentais na sobrevivência da própria família. Em fevereiro de 1838, Sebastião perguntava ao mano Severino se chegaram suas encomendas de Corrientes, dizendo estar precisando de um carrinho novo. Na mesma missiva, aproveitava para pedir algo escondido de Maria Mâncio: “Por aqui reina uma pobreza verdadeiramente Republicana e se puderes fisgar algumas baias daquela quadrilha muito estimada de minha mãe, manda-me.”¹⁶ Mas, se mercadorias eram levadas de Alegrete para os acampamentos, a trajetória inversa também ocorria. Em abril

¹⁴ Carta de Sebastião para Severino, Cachoeira, março de 1838, Doc. 19 (ASRA-AHRS).

¹⁵ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Vacacai, 04.02.1836, Doc. 04; Carta de Sebastião para Severino, 28.02.1837, Doc. 10; Carta de Sebastião para Severino, 07.09.1836, Doc. 8; Carta de Sebastião para Severino, July, 07.09.1837, Doc. 15 (ASRA-AHRS).

¹⁶ Carta de Sebastião para Severino, Cachoeira, março de 1838, Doc. 19 (ASRA-AHRS).

de 1839, Sebastião escrevia: “Manda meu pai dizer que vamos indo sem inconveniente e que neste lugar há um negociante que lhe remete 2 barricas de farinha” por intermédio de João Antônio¹⁷.

Também merecem destaque as opiniões políticas de Sebastião ao longo da guerra. É possível que ele fosse um importante interlocutor do pai e conhecesse mais desses assuntos do que das táticas militares, visto que iria concorrer à deputação da Constituinte republicana. Mas o que chama a atenção de início é o tratamento dado aos adversários bem como os adjetivos usados para caracterizá-los. Ambos mudam junto com a posição política dele e de seu pai, ou seja, quando Sebastião estava do lado farroupilha condenava de forma veemente os legalistas, mas ao lado desses, execrava os farrapos. Em fevereiro de 1836, por exemplo, ele xingava os rebeldes de “republicanos” e “separatistas” e indignava-se pelo fato de os mesmos negarem essas acusações. O termo “anarquistas” era seguidamente utilizado para descrevê-los, em oposição aos imperiais, sempre elogiosamente referidos. Na chegada a Porto Alegre com o seu pai e outros legalistas, ele revelava: “Nós fomos recebidos pelo povo da Capital como se fossemos anjos tutelares; ressumbrava a alegria em todos os semblantes.”¹⁸ No entanto, quando Bento Manoel, ameaçado pelo novo presidente Antero Brito, decidiu abandonar a causa imperial e retornar ao lado farroupilha, os “anarquistas” passaram a ser denominados como “patriotas” – portadores de um “comportamento digno de louvor”. Já os legalistas, antigos aliados, foram chamados de “galegos” e “amarelos”¹⁹.

Neste contexto, Sebastião utilizava-se da imprensa da época para manifestar as suas ideias. Conforme Alfredo Ferreira Rodrigues, no período do governo de Araújo Ribeiro e quando os legalistas criticavam Bento Manoel, o jovem Sebastião, que redigia o jornal *Justiceiro*, protestou contra a selvageria do ataque num veemente artigo que enviou ao Sr. Girard, editor do jornal, “exortando os rio-grandenses a que não tolerassem que seus feitos heróicos fossem manchados por atos de desmando e barbaridade, deixando de acompanhar os fautores do motim, que ‘eram em sua maior parte estrangeiros de baixa condição’”. Girard recusou-se a imprimir o artigo, suspendendo a publicação do *Justiceiro*²⁰. Esta era uma habilidade que Bento Manoel não possuía, a de utilizar a

¹⁷ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, 10.04.1839, Doc. 26 (ASRA-AHRS).

¹⁸ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Vacacaí, 04.02.1836, Doc. 04; Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Caverá, 27.03.1836, Doc. 05; Carta de Sebastião para Severino, 07.09.1836, Doc. 8 (ASRA-AHRS).

¹⁹ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, 27.01.1837, D. 09; Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Cachoeira, 27 de março de 1838, Doc. 20 (ASRA-AHRS).

²⁰ RODRIGUES, Alfredo F. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990. p. 402.

"pena" para manifestar-se publicamente, e que o filho parecia ser capaz de exercer com certa facilidade.

É provável, como já dissemos, que mesmo sendo jovem, o Dr. Sebastião possuísse o respeito de seu pai e demais aliados. A forma como escrevia e intermediava pedidos e favores, como orientava o mano Severino e coordenava algumas das tarefas de sua mãe, demonstram certa maturidade que contrastava com a sua pouca idade. Numa das missivas ele era enfático com sua mãe: "O Severino que se não esqueça de minhas encomendas e se não tiver muito que fazer, que apareça também, e se reúna ao Mingote, a fim de que se não diga que trabalham os outros enquanto os de nossa casa folgam."²¹ Em outra carta, ele repreendia Severino Antônio, outro membro da família que viria a casar-se com sua sobrinha: "O alferes Severino Antônio ou está doido ou então chegou-lhe a vez de desenvolver toda a maldade que encobria naquela alma embrutecida e por isso creio que não tardará muitos dias que não seja preso."²² Segundo Rodrigues, "Bento Manoel andou sempre aconselhado por seu filho, o Dr. Sebastião Ribeiro, que tinha o cuidado, o interesse pessoal de sua hora, que era a da família, que era a sua própria."²³ A importância de Sebastião fica clara em uma carta recebida por Bento Manoel, na qual um homem pede "para que V. Ex^a faça-me o obséquio recomendar-me ao Sr. Dr. Sebastião Ribeiro, e que conte com o pequeno préstimo, de quem se preza ser"²⁴. Portanto, não se procurava apenas o filho para ter acesso ao pai, mas o contrário também vinha acontecendo, demonstrando que Sebastião alcançara certo prestígio político.

Portanto, mesmo muito jovem, Sebastião parecia já ser capaz de conceder favores, intermediar pedidos e mediar conflitos. É sabido que Pedro Chaves foi o caramuru mais intransigente do Rio Grande do Sul, patrocinando perseguições violentas contra os liberais. Mesmo assim, enquanto estava do lado rebelde, Sebastião parece ter sido um dos únicos a manter uma boa relação com Chaves. Em fevereiro de 1839, escreveu ao Sr. Prado: "Eu continuo a manter relações de amizade com Pedro Chaves, já porque esse é meu caráter, e já porque assim julgo conveniente. Muitos loucos se incomodam com isto, mas deixemo-los as extravagâncias."²⁵ Um dos trunfos de Sebastião na sua relação de amizade com Pedro Chaves é que os mesmos conheciam-se desde a academia paulista, o que conferia a Sebastião uma posição diferenciada nas negociações com o

²¹ Carta de Sebastião para Maria Mâncio, Vacacaí, 04.02.1836, Doc. 04 (ASRA-AHRS).

²² Carta de Sebastião para Maria Mâncio, s/d., Doc. 03 (ASRA-AHRS).

²³ RODRIGUES, op. cit., p. 420.

²⁴ Carta de José Bernardes para Bento Manoel, 01.08.1837, Doc. 14 (ASRA-AHRS).

²⁵ Carta de Sebastião para o Sr. Prado, Montevidéu, 04.02.1839, Doc. 23 (ASRA-AHRS).

líder legalista. O trecho também demonstra certo equilíbrio por parte de Sebastião, algo que talvez tenha aprendido com Araújo Ribeiro – um diplomata treinado para resolver conflitos.

Sebastião provavelmente queria seguir os mesmos passos de Araújo Ribeiro. É possível que as suas ambições profissionais fossem do conhecimento de amigos mais próximos e que uma cadeia de informações tenha feito com que seus desejos chegassem até os ouvidos dos governantes. Em setembro de 1839, ou seja, três meses após Bento Manoel abandonar os farrapos, o novo presidente da província, Saturnino da Costa, buscou cooptá-lo para retornar às forças imperiais. Um dos pontos de sua proposta consistia em oferecer uma missão diplomática para Sebastião, no país europeu de sua preferência. Os outros três não eram nada desprezíveis e constituíam-se em um auxílio financeiro de 200 contos de réis, uma cadeira no Senado imperial para Bento Manoel e a reintegração do mesmo no posto militar que tivera anteriormente²⁶. As negociações não avançaram e Bento Manoel retornou ao Exército legalista somente após ser convidado pelo Barão de Caxias, em 1842. Essa história é importante para demonstrar os elementos que o Império possuía para cooptar e negociar com as elites regionais e de como necessitava do apoio de tais líderes para exercer a sua hegemonia política nas províncias. No caso aqui relatado, verifica-se como um lugar na burocracia podia ser oferecido ao filho para conseguir o apoio político do pai. Neste sentido, a família era vista pelos de fora como uma espécie de unidade política na qual as benesses oferecidas a um de seus membros serviam para agradar os demais. E, de fato, anos depois, Sebastião foi contemplado com o emprego que tanto almejava, indo residir em Paris.

De Alegrete para Paris: a ampliação das redes de relações sociais da família

Quando do término da Guerra dos Farrapos, em 1845, Araújo Ribeiro já se encontrava em Paris exercendo novamente funções diplomáticas. Nessa ocasião, levou consigo Sebastião como secretário da Legação Brasileira na capital francesa. Tratava-se de uma nova etapa na vida de Sebastião e não deixava de ser uma conquista do pai, que investiu nos estudos do filho e agora tinha um nítido retorno. Para além das relações de trabalho, a amizade com Araújo Ribeiro e a relação de confiança deste com Bento Manoel devem ter sido fundamentais para colocar Sebastião em tão alto patamar. Muito embora o diploma de

²⁶ RODRIGUES, op. cit., p. 417.

bacharel abrisse diversas portas aos seus portadores, a burocracia imperial era um dos principais “cabides de emprego” das elites brasileiras da época²⁷.

A leitura das cartas escritas por Sebastião, remetidas de Paris para Pelotas, no Rio Grande do Sul, nos revelam que ele acabou se integrando à rede de relações da qual Araújo Ribeiro era um dos principais *nós*²⁸. As missivas datam de 1847 e demonstram que Sebastião também tutelava dois jovens (Antônio e João), filhos do comendador João Rodrigues Ribas, primo de Araújo Ribeiro, que os havia enviado para estudar na capital francesa. Além disso, os garotos residiam na casa de Pio Ângelo da Silva (estudante de Medicina e rio-grandense como eles), que era irmão de um rico charqueador pelotense e dono de terras no Uruguai, o senhor Honório Luís da Silva. Portanto, o comendador Ribas, que negociava charque com o Rio de Janeiro, confiou o cuidado dos seus filhos a indivíduos de sua rede de relações pessoais, na qual Sebastião inseria-se por intermédio de Araújo Ribeiro.

As referidas cartas, escritas tanto por Sebastião quanto por Araújo Ribeiro, foram todas remetidas ao comendador Ribas para dar notícias sobre os seus filhos. Em agosto de 1847, por exemplo, Araújo Ribeiro escreveu avisando que Joãozinho, o filho mais velho, estava doente, mas que ele havia contratado um enfermeiro e um médico para tratá-lo. Concluindo a missiva, Araújo Ribeiro buscava acalmar o destinatário, dizendo que diariamente encarregava uma pessoa de ir observá-lo²⁹. Dias depois, Sebastião retornou a escrever para o comendador, dizendo que estava assessorando Pio Ângelo nos cuidados dos garotos e que dois dos melhores médicos de Paris estavam tratando de Joãozinho³⁰.

Mas, para além das despesas com a saúde dos meninos, Sebastião também gerenciava os recursos destinados aos seus estudos. Em janeiro de 1847, ele escreveu ao comendador dizendo que havia matriculado João num preparatório para ingressar na Escola Central, onde estudaria artes e manufaturas. Dois meses depois, pediu dinheiro para pagar o adiantamento trimestral do colégio de Antônio. Nessa oportunidade não se furtou a dar sua opinião:

²⁷ CARVALHO, op. cit.

²⁸ Para uma análise a respeito das redes egocentradas, ver: IMIZCOZ, José María; ARROYO, Lara. Redes sociales y correspondencia epistolar: del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de las redes egocentradas. *Redes (Revista hispana para análisis de redes sociales)*, v. 21, p. 98-138, dec. 2011.

²⁹ Carta de Araújo Ribeiro para o Comendador Ribas, Paris, 20.07.1847 (Correspondência do Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Grande, Maço 36, AHRS, doravante CSGNRG. M36, AHRS).

³⁰ Carta de Sebastião para o Comendador Ribas, Paris, 20.07.1847 (CSGNRG. M36, AHRS).

[...] receio que seja inútil e malbaratada a avultada despesa que com ele ali se fez, porque naquele colégio só cuidam de fazer contas de chegar e não se inquietam de valer pelos progressos dos mancebos, especialmente quando são estrangeiros. Continuo a crer que posto que tal é a sua vontade, melhor fora aplicá-lo ao comércio³¹.

Portanto, a partir das suas experiências, Sebastião sentia-se à vontade para dar conselhos de ordem familiar, interferindo nas escolhas e nos planos do comendador. E, de fato, cerca de vinte anos mais tarde, encontramos Antônio qualificado como “criador” na lista de votantes de Pelotas, aproveitando pouco os estudos que fez em Paris, como Sebastião profetizara³².

Os gastos realmente deviam ser excessivos. Numa outra carta com data incerta, Sebastião confessava que estava difícil administrar os caprichos dos garotos:

Além dos 300 francos de mesada para o João, pago mensalmente 75 para os mestres de desenho e de aritmética ou matemáticas, como se aqui diz; e tenho ainda suprido com pequenos extraordinários todos os meses já por causa da botica e médicos e já para roupa porque ele vai espigando e gosta de andar puxado e à moda. Enfim não tenho coragem para lhe negar dinheiro quando ele me pede; 1º porque o estimo muito, 2º porque todas as informações que sobre ele colho me deixam convencido que é judicioso e que não tem o menor vício, 3º enfim porque acho mais conveniente que ele veja em mim antes um amigo do que um correspondente com cara feia e mão de ferro: quando se tratar de coisas certas estou certo que ele me ouvirá como a um bom irmão e amigo: contudo, não deixo de fazer-lhe meus pequenos sermões, e até de dizer-lhe que tenho vergonha de confessar à V. S. quanto ele gasta. Por este todo seria sem dúvida melhor que ele fosse assistido por uma casa de comércio, porque como ele é brioso o medo de expor-se a um não concorreria para conte-lo³³.

Lidas rapidamente, as referidas cartas podem aparentar pouca importância. Contudo, quando se analisa de forma aprofundada quais eram os agentes envolvidos e citados nas missivas, temos um desenho nítido do círculo de relações no qual Sebastião estava inserido e que devia ser acionado quando o mesmo precisava obter favores distintos. Para sustentar os gastos com os meninos, Sebastião sugeria ao comendador que utilizasse seus contatos com outros comerciantes, fazendo com

³¹ Cartas de Sebastião para o Comendador Ribas, Paris, 28.01.1847 e 30.03.1847 (CSGNRG. M36, AHRS). Na missiva de janeiro, Sebastião completava: “Negociei a letra de 4 mil francos que V. S. mandou e levo já despendidos mais de 2 mil com as contas do colégio que me passou o Sr. Araújo Ribeiro, com o pagamento de 2 trimestres adiantados da pensão do João e com algumas despesas miúdas de roupa, calçado e sustento de médicos que com ele o tem feito.”

³² Lista de Qualificação de Votantes de Pelotas, 1865, Fundo “Eleições”, maço 2 (AHRS).

³³ Carta de Sebastião para o Comendador Ribas, Paris, 20.07.1847 (CSGNRG. M36, AHRS).

que uma rede de crédito envolvendo negócios transatlânticos tivesse que ser acionada. Nas cartas consultadas, dois desses agentes merecem destaque: Marcos Pradel e Antônio Rodrigues Fernandes Braga. O primeiro era representante do consulado francês no Rio Grande do Sul e um comerciante bastante conhecido³⁴. Quando estava em Paris, Pradel encontrava-se pessoalmente com Sebastião, que confessara ao comendador Ribas de que era instruído por Araújo Ribeiro sobre a forma de como relacionar-se com o negociante francês³⁵. Braga, por sua vez, era desembargador no Tribunal da Relação da Corte (desde 1842), tendo sido também procurador da Coroa (1853) e ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1865). Nascido em Rio Grande, ele havia se formado em Direito na Universidade de Coimbra (1827), o que o tornava próximo de grande parte da elite política imperial no período, incluindo o próprio Araújo Ribeiro. Após presidir a província do Rio Grande do Sul, em 1835, ele filiou-se ao Partido Conservador, do qual também pertenciam Araújo Ribeiro e o comendador Ribas. As importantes relações sociais que Braga estabeleceu com a elite política imperial no meado do oitocentos tornaram-se ainda mais fortes quando, nos anos 1860, ele tornou-se senador pelo Rio Grande, após ser escolhido pelo imperador na lista tríplice. Na leitura das cartas é possível perceber que, apesar de não ser comerciante, Braga intermediava empréstimos e saques para Sebastião³⁶.

O comendador Ribas, por sua vez, era filho do capitão Domingos Rodrigues, provavelmente um dos homens mais ricos do Rio Grande do Sul durante o período colonial tardio. Comerciante de grosso trato e charqueador, ele estava conectado a distintos mercados atlânticos, com destaque para o Rio de Janeiro, onde, anos mais tarde, o seu filho comendador fixou-se para arriscar-se no comércio negreiro e de charque. É necessário ainda destacar a importância do genro e sobrinho de Domingos, o comerciante João Francisco Vieira Braga, que viria a tornar-se o Conde de Piratini e que também havia residido no Rio de

³⁴ Segundo Arsene Isabelle, o Sr. Pradel era um dos principais comerciantes europeus estabelecidos na praça de Rio Grande, realizando seguidos negócios com os Estados Unidos (ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 245.)

³⁵ Carta de Sebastião para o Comendador Ribas, s/d. (CSGNRG. M36, AHRs).

³⁶ "O Marcos Pradel prestou-se com efeito a aceitar uma letra sobre V. S. como já o Sebastião lhe há de ter avisado. Eu continuo a pensar que talvez seja melhor mandar o dinheiro pelo intermédio de alguma casa de comércio do Rio de Janeiro." Sebastião prometia se entender com o Sr. Pradel para ter os suprimentos do mês de outubro, mas caso necessário fosse, ele sacaria do Dr. Braga, no Rio, "por sua conta e suplicarei que se sirva fazer honra à minha letra". Cartas de Sebastião para o Comendador Ribas, Paris, 01.08.1847 e 02.09.1847 (CSGNRG. M36, AHRs).

Janeiro nos anos 1840. Homem de grande riqueza e prestígio, Piratini sempre se manteve fiel à monarquia e ao Partido Conservador, recebendo em sua casa o imperador D. Pedro II na ocasião de sua visita à província, em 1846. Portanto, as famílias Ribas e Vieira Braga possuíam estreitas relações com o mundo da Corte, o que lhes conferia prestígio social e político junto aos seus patrícios que não apresentavam o mesmo tipo de ligações³⁷.

Contudo, ainda é necessário prolongar um pouco mais a análise das ligações familiares desses indivíduos. Braga possuía um irmão tão ou mais influente do que ele na política regional: Pedro Chaves – o já mencionado amigo de Sebastião – havia estudado Direito em Coimbra, vindo a formar-se em São Paulo. Seguiu carreira na magistratura e, posteriormente, tornou-se presidente da província da Paraíba, desembargador na Relação de Pernambuco e diplomata na Argentina e Estados Unidos. Mas Chaves também era conhecido pelo seu temperamento explosivo. Conservador ferrenho, perseguiu os Farrapos em 1835, tornando-se odiado pelos liberais. Em 1851, sentindo-se atingido pelas agressões dos uruguaios aos brasileiros, Chaves não se mobilizou somente na Câmara dos Deputados, onde exigia a guerra contra os “castelhanos”, mas também, a partir de intermediários no Rio de Janeiro, mandou vir um carregamento de rifles para o sul do Brasil, que foram transportados para a fronteira por meio de carretas. Deputado geral durante vários anos, candidatou-se ao Senado em 1853. Incluído na lista tríplice como um dos mais votados, conta-se que o imperador não iria escolhê-lo para o cargo, preferindo o Barão de Porto Alegre. Entretanto, “notícias alarmantes de última hora, vindas do Sul, e ameaçadoras de movimento armado, no caso de ser preterido pela Coroa o popularíssimo chefe, determinaram a reconsideração do caso, e fizeram recair a escolha imperial sobre o nome de Pedro Chaves”.³⁸

Por conta da sua feroz defesa do Império do Brasil e da propriedade de seus súditos, o “nobre” senador recebeu o título de Barão de Quaraí, em 1855. A honraria também deve ter sido favorecida pela rede de relações em que Chaves estava inserido na Corte, na qual estavam Nabuco de Araújo e o Marquês de Abrantes, por exemplo³⁹. Conforme Maria

³⁷ VARGAS, Jonas M. *“Pelos margens do Atlântico”*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História)–PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

³⁸ NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 1. p. 141-142.

³⁹ “Algum tempo, era em sua casa e na do marquês de Abrantes, que mais se reunia a sociedade mundana, amiga de festas, do Rio de Janeiro. A liberdade era menor na suntuosa residência do marquês pelo tom formalista e europeu do anfitrião e pela maior frequência da roda diplomática; mas a companhia era a mesma, e a convivência de Abrantes e de Nabuco foi diária, durante muitos anos. Formavam o centro dessa agradável sociedade,

Fernanda Martins, frequentavam seguidamente o Salão de Abrantes, o Marquês de Olinda, Silva Paranhos, Tamandaré, Cotegipe, Zacharias, Ferraz, Sapucaí, Saraiva, Boa Vista, José de Alencar, Torres Homem, Caxias e Mauá, entre muitos outros⁴⁰. Deve ter sido em uma dessas reuniões que Pedro Chaves conheceu o Barão de Nova Friburgo, um dos cafeicultores mais ricos do Rio, vindo a casar sua filha com o filho do mesmo. A inserção de Pedro Chaves no *círculo dos grandes* da Corte também foi acompanhada pelo seu irmão. Por meio do matrimônio de seu filho, Antônio Rodrigues Braga uniu-se à família de Militão Máximo de Souza (Visconde de Andaraí) – presidente do Banco do Brasil, sócio do Barão de Mauá e de outros capitalistas do Rio⁴¹. Nunca é demais lembrar que tanto Militão quanto Mauá eram naturais do Rio Grande do Sul e que o seu contato e migração para a Corte foram impulsionados pelas suas atividades mercantis, quando negociavam charque e sal pelos portos marítimos.

Portanto, a rede social na qual o jovem doutor Sebastião conseguiu inserir-se, e que era praticamente impenetrável para a grande maioria dos rio-grandenses da época, o conectava ao núcleo duro da elite política imperial, por meio de um denso emaranhado parental. Araújo Ribeiro era primo do comendador Ribas. Este, por sua vez, era primo e cunhado do Conde de Piratini que também era primo dos irmãos Braga e Chaves. Não é demais lembrar que Sebastião havia estabelecido relações de amizade com Chaves e Araújo Ribeiro e parecia estar estreitando vínculos pessoais em direção aos demais indivíduos mencionados. Tais ligações possibilitavam a Sebastião acessar recursos materiais e imateriais diferenciados, colocando a família Ribeiro de Almeida numa posição privilegiada diante de outras tantas famílias da elite sul-rio-grandense. Na realidade, tais vínculos vinham a reforçar, por meio de outros fatores e relações sociais, uma posição que a família já possuía, por conta do prestígio de Bento Manoel, chamado pelo Barão de Caxias para

comum às duas casas, além dos chamados leões do Norte, Monte Alegre, *Pedro Chaves (Quaraim)*, Dantas, Pinto Lima, Sinimbu, e outros amigos íntimos de Nabuco, como Madureira, Pedro Muniz, José Caetano de Andrade Pinto, o dr. Araújo, atual barão do Catete, com quem casará depois a marquesa de Abrantes⁹ (NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. v. 2. p. 1.108, grifo nosso).

⁴⁰ MARTINS, Maria Fernanda. Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política de elites no Rio de Janeiro (1750-1820). In: BARATA, Alexandre; BARBOSA, Silvana; MARTINS, Maria Fernanda (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. p. 157-184.

⁴¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Companhia (1854-1866)*. Tese (Doutorado em História Econômica)–USP, São Paulo, 1997.

comandar parte do Exército imperial tanto em 1842 quanto em 1851, como se verá adiante.

Essa capacidade de acessar espaços restritos e reservados aos portadores de diplomas e certo nível de riqueza era um dos fatores estruturais na diferenciação social local e regional, estabelecendo os limites de atuação das famílias de elite, se comparadas às demais famílias que não ocupavam tal posição. É importante considerar ainda que estamos diante dos quatro senadores que o Rio Grande do Sul possuiu entre os anos 1845 e 1879 (Chaves, Braga, Caxias e Araújo Ribeiro) e que todos eles pertenciam ao Partido Conservador – fato merecedor de destaque para uma província que a historiografia insiste em classificar apenas como “liberal”⁴². Portanto, Bento Manoel e seu filho Sebastião não buscaram estabelecer amizade com quaisquer “políticos”, revelando um modelo de estratégia familiar bastante ambicioso e que pode ser testado e verificado em outras famílias de outras províncias. Tal empresa possibilitaria uma visão mais enriquecedora da forma como as elites provinciais buscavam aproximar-se dos principais espaços de poder, contribuindo para a compreensão do funcionamento do sistema político imperial de forma mais dinâmica e complexa.

Para finalizar, a partir do que foi analisado, oferecemos outras duas reflexões que entendemos ser importantes e que se referem à forma como indivíduos pertencentes às elites regionais interagiam entre si e reconheciam-se coletivamente.

a) Por trás da ação política dos indivíduos pertencentes à mencionada rede de relações sociais estavam nítidos interesses de ordem econômica, de forma que não se pode separar os interesses agrários e escravistas das tomadas de posição no campo da política. Todos os agentes da rede social analisada anteriormente pertenciam a famílias de ricos proprietários de terras e comerciantes e estavam vinculados direta ou indiretamente aos negócios da pecuária. Pedro Chaves e Honório Luís da Silva eram charqueadores, Araújo Ribeiro e Ribas eram filhos de charqueadores (além disso, o segundo, juntamente com Piratini, atuava diretamente nos negócios com charque), Bento Manoel era criador de gados, Militão M. de Souza era importador de charque na Corte, o Barão de Mauá negociava sal e couros no porto de Rio Grande e, na Guerra do Paraguai, o seu genro seria beneficiado com contratos de abastecimento

⁴² Para uma análise crítica dessa historiografia, ver: VARGAS, op. cit., 2010.

de carne. Canabarro, Osório, Marques e Souza e Domingos, que serão mencionados a seguir, pertenciam ao mesmo ramo de negócios.

Esses indivíduos compunham somente uma pequena fração social de ricos proprietários que tinham motivos de sobra para articularem-se politicamente e defenderem a manutenção da indústria escravista da carne na província. Com relação a esse aspecto, deve-se considerar que tais negócios só se tornaram lucrativos por conta do ingresso anual de cerca de 100 mil bovinos levados do Uruguai até o complexo charqueador de Pelotas. Esses rebanhos eram criados em estâncias estabelecidas ao norte do país vizinho, sendo a maioria delas pertencentes a luso-brasileiros que começaram a instalar-se na região desde o período Joanino, visto a melhor qualidade dos campos de pastagens uruguaios. Contudo, tal ocupação sempre esteve sujeita à resistência oriental, que imprimia seguidos saques e perseguições aos súditos da Coroa brasileira e que esteve por trás de uma série de contendas diplomáticas⁴³.

Nesse sentido, um dos motivos pelo qual o Império decidiu intervir militarmente em Montevideu no ano de 1851 foi exatamente pelo fato de que importantes famílias da elite rio-grandense estavam tendo seus estabelecimentos atacados no Uruguai. Entre elas estavam os Rodrigues Ribas, os Araújo Ribeiro, os Silveira Martins, os Ferreira Bicca, entre muitas outras. Para defender suas propriedades e firmarem-se como classe senhorial, regionalmente dominante, elas negociavam os seus interesses por intermédio da estrutura estatal, participando ativamente do sistema político monárquico através de seus filhos, genros e sobrinhos bacharéis/deputados⁴⁴. Entre 1849 e 1851, a mobilização de deputados e senadores rio-grandenses revigorou-se e os mesmos passaram a requisitar não apenas uma maior proteção militar por parte do Império, como também uma ação diplomática mais enfática. Em 1851, deputados rio-grandenses, como Pedro Chaves e Joaquim José Afonso Alves, exerceram forte pressão para que uma guerra fosse realizada na fronteira⁴⁵. Parente de charqueadores e reconhecido como um dos grandes representantes de Pelotas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, Alves era continuamente aclamado pelo jornal *O Brado do*

⁴³ SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004; VARGAS, op. cit., 2013.

⁴⁴ VARGAS, op. cit., 2013.

⁴⁵ BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: UnB, 1998. p. 69.

Sul, de propriedade do charqueador Domingos José de Almeida, pelo seu interesse na defesa dos negócios da região⁴⁶.

Em 1851, quando Caxias chegou ao Rio Grande do Sul para organizar o Exército brasileiro, ele convocou boa parte da elite sul-riograndense para mobilizar-se na guerra contra Oribe e Rosas. Caxias convidou Bento Manoel para comandar uma das quatro divisões do Exército, cabendo outra delas ao antigo general farroupilha David Canabarro – rico criador de gado e senhor de escravos da fronteira. Também se envolveram diretamente na guerra como oficiais outros dois estancieiros militares: Manoel Marques de Souza (futuro Conde de Porto Alegre) e Manuel Luís Osório (futuro Marquês do Herval). Ambos seriam novamente “protagonistas” na Guerra do Paraguai (1865-1870). Nos bastidores, mas insuflando o movimento através da imprensa ou por meio de seus parentes deputados, alguns dos ricos charqueadores de Pelotas também investiam seus capitais na mobilização de tropas, algo que já haviam feito na Guerra da Cisplatina e que voltariam a realizar no Paraguai⁴⁷.

Neste sentido, não seria demasiado considerar que os indivíduos pertencentes à rede relacional da qual Sebastião fazia parte tratavam-se de representantes de uma classe senhorial rio-grandense profundamente imbricada com a sua elite política. Defensores da escravidão, da monarquia, do latifúndio pecuarista, do protecionismo sobre o charque sulino e da guerra contra os concorrentes argentinos e uruguaios, eles utilizavam-se das esferas políticas e diplomáticas para “proteger” a economia regional. Quando os canais “pacíficos” de negociação esgotavam-se, os mesmos não receavam exigir do Império uma nova guerra contra parcialidades uruguaias e argentinas. Numa das cartas escritas de Paris, Sebastião esboçou a sua preocupação com as conjunturas políticas na fronteira platina e de como elas afetavam a economia rio-grandense: “Estou sabendo com prazer que os Plenipotenciários inglês e francês no Rio da Prata não conseguiram pacificar aquelas Repúblicas.” As guerras contra os vizinhos platinos tinham, sim, efeitos desagregadores na economia regional a curto prazo, drenando trabalhadores e desorganizando a produção. Contudo, embora envolvessem parcela significativa da população masculina e afetassem tragicamente a vida de muitas famílias, as guerras constituíam-se em situações fundamentais para a economia e sociedade rio-grandenses, sobretudo quando desmantelavam a indústria da carne platina e garantiam a segurança das propriedades que os mesmos

⁴⁶ Jornal *O Brado do Sul*. Edições de 20 e 31 de dezembro de 1859 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

⁴⁷ VARGAS, 2013, op. cit.; MIRANDA, Márcia E. Op. Cit.

possuíam no norte do Uruguai. Soma-se a isso o fato de que as próprias guerras ajudavam a aumentar o prestígio dos rio-grandenses junto ao Império e promoviam a ascensão política de líderes, como Bento Manoel, Canabarro, Osório, Marques de Souza, entre outros, reproduzindo as hierarquias sociais regionais⁴⁸.

Apesar de as redes de relações sociais serem mais densas entre os políticos conservadores (Chaves, Braga, Araújo, Sebastião), os interesses econômicos em jogo eram capazes de aproximar os seus rivais liberais para compor estratégias comuns na arena política. Liberais, como Domingos José de Almeida, David Canabarro, Barão de Mauá, Afonso Alves, Pio Angelo, entre muitos outros, podiam divergir em ideias e meios de agir politicamente, mas certamente possuíam interesses compartilhados pelos conservadores quando se tratava da economia da província. Nenhum deles queria ver as charqueadas entrarem em declínio, pois tal fenômeno traria consigo a ruína da pecuária, do comércio de exportação e dos cofres provinciais, comprometendo a economia de todo o Rio Grande, que tinha nos couros e no charque mais de 70% das exportações⁴⁹. Daí que muitos liberais aceitassem de forma entusiasmada o comando de Caxias, apesar da divergência político-partidária. Em 1851, quando chegou no Rio Grande do Sul, Caxias escreveu para vários proprietários pedindo auxílio na formação das tropas. Um dos seus destinatários foi o charqueador Domingos José de Almeida – um dos chefes do Partido Liberal em Pelotas e antigo mentor intelectual da República Rio-grandense (1836-1845). Orgulhoso da tarefa que havia recebido, Domingos escreveu a outros amigos para que fizessem o mesmo:

Compatriota e amigo, S. Ex^a o Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província e Comandante em chefe do Exército, me incumbiu da honrosa comissão de convidar aos meus antigos companheiro de trabalhos para coadjuvá-lo no afanoso empenho em que se acha de vingar os ultrajes que nossos compatriotas estabelecidos no Estado Oriental têm recebido das autoridades dele, de reclamar pronta indenização dos bens que lhes não extorquido e de prefixar definitivamente os limites do Império com o referido Estado; e considerando eu a V. Mcê, possuindo ainda o patriotismo que desenvolveu e tanto se distinguiu quando oficial do Exército da extinta República Rio-grandense, o conjuro para sem perda de tempo, com a gente que puder reunir, apresentar-se àquele digno general, nosso sincero amigo [...]⁵⁰.

Ao final dessa carta, Domingos anexou uma lista intitulada “Relação das pessoas que convidei para engrossarem as fileiras do

⁴⁸ FARINATTI, *Confins meridionais*, op. cit., 2010; VARGAS, op. cit., 2013.

⁴⁹ VARGAS, op. cit., 2013.

⁵⁰ Carta de Domingos J. de Almeida a José Mariano de Mattos. In: Anais do AHRS, v. 3. CV-664.

Exército, a entrar em operações no Estado Oriental”. No total, eram 64 indivíduos e, conforme o charqueador, havia gente de todo o tipo. O mais interessante é que ao lado de cada nome há informações a respeito da conduta e das “qualidades” dos convocados. Alguns tinham problemas com bebida, enquanto outros eram descritos como valentes e aptos para reunir cavalos. O major Jeremias foi avaliado como “terrível” e o capitão Januário Borges, homem de ordens de Antônio de Souza Netto (ex-general republicano), “exercendo influência no distrito de sua residência, empregado no Exército chamará outros a ele”. Entre os mesmos estavam os filhos de Bento Gonçalves, o chefe farrapo de 1835, e alguns familiares de charqueadores de Pelotas, como Boaventura T. Barcellos e os irmãos Soares da Silva. O último da lista era o próprio filho de Domingos, o sargento Luís Felipe de Almeida, que o pai pediu para ser colocado sob a proteção do próprio Caxias, “tratando-o como pupilo seu”, “daonde talvez volte um Coronel”⁵¹.

b) Sebastião havia aprendido que as relações sociais e as trocas de favores eram fundamentais na vida de um jovem ambicioso, e foi a partir dos serviços prestados a Araújo Ribeiro que ele ascendeu na carreira. Portanto, em um sistema social e político fortemente orientado pela pessoalidade, pelos laços de compromisso e pela patronagem, era natural que aqueles com maiores recursos se aproveitassem para conceder favores e assim reforçar a sua posição. Neste sentido, o comendador Ribas, quando solicitou auxílio para que cuidassem de seus filhos em Paris, estava apenas requisitando algo que já havia concedido a outras famílias de elite, revelando uma prática que talvez fosse comum naquela época. Uma carta escrita pelo senador rio-grandense Henrique F. D’Ávila, em novembro de 1880, revela que ser bem relacionado com indivíduos residentes no Rio de Janeiro podia ser um trunfo:

Quando em 1842 segui para o Rio com meu irmão mais velho, a fim de estudar, a única recomendação que levamos foi uma carta do falecido João Rodrigues Ribas para seu cunhado, o atual nobre Visconde de Piratini, que, com sua esposa, recebeu-nos com carinho paternal. Hoje o neto de João Rodrigues Ribas e um sobrinho neto do Visconde de Piratini, o 2º cadete João Miguel Rodrigues Ribas, pede o meu auxílio na pretensão que o levou a essa corte, de matricular-se no curso preparatório da escola militar, a fim de completar esse estudo para matricular-se no curso superior da mesma escola, e amparando com toda dedicação e interesse essa pretensão do 2º cadete João Miguel, eu cumpro meu dever sagrado fazendo ao neto o mesmo benefício que me fez o avô⁵².

⁵¹ Carta de Domingos J. de Almeida a José Mariano de Mattos. In: Anais do AHRS, v. 3. CV 664 – CV 663. Domingos escreveu a Mariano de Mattos dizendo que, tendo Caxias à frente do Exército, “ninguém fica em casa”. Carta de 17.06.1851. In: Anais do AHRS, v. 3. CV 662.

⁵² Carta de Henrique d’Ávila ao Visconde de Pelotas, Porto Alegre, 08.11.1880 (IHGRS,

Observe-se que D'Ávila, mesmo passados quarenta anos, não esquecia o favor prestado pelo comendador Ribas e pelo Conde de Piratini, ao recebê-lo na Corte e, com gratidão, retribuía o mesmo ao neto do comendador. Portanto, é interessante notar a importância das relações mercantis mantidas por Ribas no sentido de que as mesmas extrapolavam o mundo dos negócios. Famílias da elite rio-grandense, quando bem relacionadas, buscavam ajuda mútua mesmo que separadas geograficamente, concedendo favores aos filhos, sobrinhos e netos, umas das outras. Numa sociedade em que os meios de financiamento dos estudos superiores eram praticamente inexistentes e as instituições bancárias, bastante precárias, a necessidade de inserir-se em redes de solidariedade e crédito, que eram acionadas para manter jovens estudantes longe de suas casas durante anos, eram fundamentais nos planos e estratégias de uma família. Se pensarmos que o Brasil imperial possuía apenas duas faculdades de Direito (São Paulo e Pernambuco) e duas de Medicina (Rio de Janeiro e Bahia) e que os diplomas foram fatores fundamentais na formação das elites políticas brasileiras, podemos concluir que tal estrutura institucional "condicionava" as famílias de elite a estabelecerem contínuos contatos com grupos de indivíduos das cidades que sediavam os cursos, caso tivessem no seu horizonte o investimento nos estudos superiores de seus filhos. Tal fenômeno fortalecia a posição daqueles que possuíam bons contatos nas mencionadas províncias ou recursos que viabilizassem a concessão de favores aos solicitantes.

Além disso, a leitura das missivas revela que a rede de crédito responsável pelo financiamento dos brasileiros no estrangeiro não envolvia apenas grandes negociantes e banqueiros, mas também diplomatas e magistrados, numa longa cadeia recheada de parentes. Esta rede devia conviver com outras tantas, aproximando um conjunto de vínculos constantemente acionados, pois o comendador Ribas não foi o único a enviar seus filhos para estudar na Europa. Vimos que Pedro Chaves, Araújo Ribeiro e Antônio Braga haviam estudado em Coimbra – fazendo parte da elite treinada naquela universidade⁵³. Assim sendo, é possível considerar que por trás de cada estudante brasileiro matriculado em Coimbra havia toda uma malha parental estruturada por intermediários, com seus interesses próprios e renováveis, e que se rearticulavam ao longo de uma vida, fazendo com que o simples fato

Fundo Particular Visconde de Pelotas). Agradecemos à historiadora Amanda Both pela indicação dessa fonte.

⁵³ CARVALHO, op. cit.

de terem estudado naquela universidade não fosse o suficiente para “moldar” para sempre o comportamento e a postura política dos sujeitos egressos⁵⁴. O mesmo serve no que diz respeito aos muitos jovens que saíam de suas casas para cursar Direito em Olinda/Recife ou São Paulo. Neste sentido, as relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas por pais e filhos, antes, durante e após a conclusão de seus cursos, podem servir para tornar mais complexas as análises de como as diversas famílias de elite articularam-se, negociando e barganhando interesses múltiplos, ao longo do processo de construção do Estado nacional brasileiro – um produto dessas mencionadas articulações.

Neste sentido, canais de diplomacia pareciam não ser apenas usados como meios de se obter informações políticas, mas, no caso aqui tratado, como forma de obtenção de crédito. E o crédito conseguido para financiar o estudo dos alunos era utilizado para formar mais bacharéis, reproduzindo a desigualdade do sistema político-educacional e o concentrando nas mãos de poucas famílias que possuíam condições de manter seus filhos estudando fora da província. O retorno do capital investido na educação vinha em relações sociais potenciais, capazes de gerar capital político, bons casamentos e prestígio social local e regional. Mas, para poder concretizar o projeto familiar de formar um filho nas academias, as redes anteriores deviam ser acionadas. Disso resulta um círculo no qual as redes de relações possibilitavam um maior acesso à educação que, por sua vez, possibilitava uma ampliação das redes de relações.

Na perspectiva de análise proposta, podemos observar que a trajetória de indivíduos pertencentes às elites provinciais podia entrelaçar-se com a de indivíduos formados em Coimbra (grupo de elite estudado por Carvalho) e/ou pertencentes às mais ricas famílias de fazendeiros e capitalistas que influíam na política da Corte imperial (classe dirigente analisada por Mattos). Ou seja, antes de se pensar em uma relação de oposição e conflito de projetos, optamos por entender que muitos dos contatos estabelecidos entre ambos os grupos constituíam-se em alianças com múltiplos interesses, colocando lado a lado indivíduos pertencentes às elites regionais e à elite política imperial, isso quando eles não pertenciam às mesmas famílias. Os laços de parentesco, portanto, serviam tanto para legitimar a posição de uma família em sua província, quanto estabelecer conexões políticas externas à mesma. Defendemos que tal perspectiva de análise possibilita uma leitura mais dinâmica a respeito de como os agentes sociais defenderam

⁵⁴ Sobre as origens dos estudantes brasileiros formados em Coimbra na passagem do século XVIII para o XIX, ver: MARTINS, op. cit.

seus interesses distintos durante o processo de construção do Estado imperial, tornando mais claro o papel ativo e as estratégias sociais das elites provinciais que atuavam de forma mais dinâmica no interior do sistema político monárquico.

Recebido em: 21 de julho de 2015.
Aprovado em: 26 de novembro de 2015.

"Alargados horizontes":
estratégias familiares da
elite política regional
entre a Fronteira, a Corte
e a Europa (Rio Grande
do Sul c. 1830-c. 1855)

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 23, n. 1,
p. 123-147,
2017